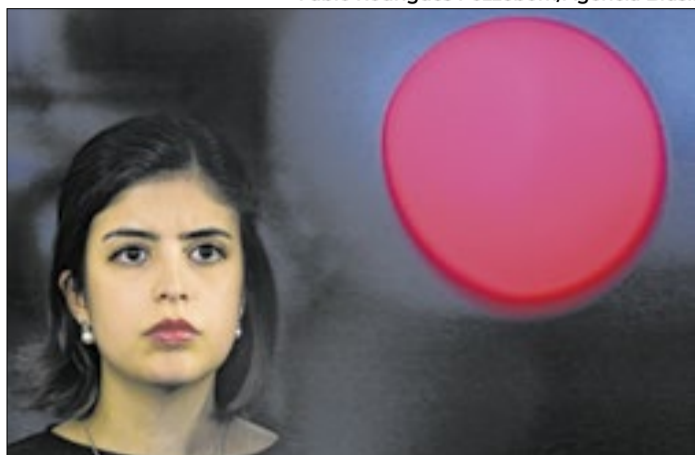


CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Tabata acende alerta para o esquema das bets

Tabata denuncia: bets estão na campanha eleitoral

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) foi processada por um famoso site de fofocas na internet, que tem nada menos que 25 milhões de seguidores. O site queria – não conseguiu – que ela retirasse um vídeo na qual ela mostrava um curioso processo. No meio das notas em que contava que o ex-BBB tinha começado a namorar modelo famosa, o site começava a publicar notícias sobre políticos, algumas elogiosas e outras críticas. Depois, críticas ao Banco Central, quando o banco começou a tomar medidas até liquidar o Banco Master. E que coincidência havia por trás de mesclar sua fofoca costumeira com notas políticas? O patrocínio de uma importante casa de apostas do tipo bet.

Máquina de fofocas a postos

“Percebe a engrenagem?”, questiona Tabata. “Essa máquina de fofocas entra em ação quando certos interesses precisam ser defendidos”. Tabata faz o fio do processo. “Dinheiro de aposta financia página de entretenimento; página de entretenimento faz propaganda política disfarçada de entretenimento; página disfarçada ataca quem investiga a corrupção e promove quem protege o esquema”, enumera ela.

Divulgação



10,9 milhões já estão com potencial de vício

“O maior lobby em ação no Brasil”

Eis aí mais um risco do bilionário esquema das bets: o jogo que hoje vicia e adoce famílias quer eleger sua bancada política. “Enfrentamos hoje o maior lobby existente no Brasil”, acusa Tabata Amaral, em conversa com o Correio Político. Na semana passada, ela e um grupo suprapartidário, do qual fazem parte desde a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), à esquerda, à senadora Damares Alves (Republicanos-DF), à direita, lançaram no Congresso a campanha “Brasil contra as bets”, destinada a coibir o crescimento desse tipo de aposta no país.

Depois da Copa, as eleições

O atual peso publicitário das bets não precisa nem ser descrito em números. É evidente a qualquer momento em que se ligue uma televisão. Vai crescer fortemente às vésperas da Copa do Mundo. Mas, como mostra Tabata, pode seguir de forma mais subliminar até outubro, quando acontecerão as eleições para presidente, governador e parlamentos.

POR
RUDOLFO LAGO

Restrições

O movimento do qual faz parte Tabata não quer proibir o jogo. Mas restringir o seu avanço, especialmente a partir da publicidade. Estabelecer que haja sobre ele o mesmo tipo de restrição de propaganda que há hoje no Brasil sobre cigarros e bebidas alcoólicas, o que reduziria fortemente a sua presença.

Saúde pública

O grupo integrado por Tabata Amaral é iniciativa da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental. Porque a epidemia das bets já se tornou um caso grave de saúde pública. Segundo relatório do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), 1,4 milhão de brasileiros têm hoje Transtorno de Jogo.

10,9 milhões

Diz ainda o estudo do Ieps que um impressionante número de 10,9 milhões de pessoas já têm hoje envolvimento com jogos de apostas com potencial de dano de saúde mental. São potenciais viciados que irão engordar o segmento de mais de um milhão que hoje a saúde brasileira já trata.

Bancada

É perigoso, portanto, alerta Tabata Amaral, que tudo isso hoje aconteça livremente, com forte exposição de propaganda. Que não somente estimula novos apostadores pelo esporte, patrocinando times e campeonatos de futebol, como também irriga páginas de influenciadores que tratam de eleger uma bancada do jogo.

Felca

Disposta a enfrentar esse lobby, Tabata compara a luta com a que conseguiu aprovar o Estatuto da Criança e Adolescente para ambiente virtual, que ficou conhecido como ECA Digital. “O movimento não começou com o vídeo do Felca. O vídeo do Felca o impulsionou”, explica ela.

Aprovação

Tabata refere-se ao vídeo no qual o influenciador Felca mostrava o processo de adultização de crianças a partir de páginas na internet. O trabalho de Felca chocou o país e criou o ambiente para a aprovação do ECA Digital. “Precisamos agora chocar o país com a ameaça das bets”, diz Tabata Amaral.



Lula peita Senado e indicará Messias outra vez

Lula dobra a aposta e insiste em Messias

Presidente anuncia que reenviará nome rejeitado

Por Beatriz Matos

A derrota histórica de Jorge Messias no Senado não encerrou a disputa pela vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF). Ao contrário. Menos de um mês após ver seu indicado ser rejeitado por 42 votos a 34, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu dobrar a aposta e anunciou que pretende reenviar o nome do advogado-geral da União para a Corte.

A declaração foi feita durante uma agenda da Petrobras em Sergipe. Ao defender o aliado, Lula atribuiu a derrota a razões políticas e descartou qualquer questionamento sobre a capacidade técnica do indicado.

“Ele não foi derrotado porque tem alguma ficha suja na vida dele, é um dos homens mais íntegros desse país. Ele foi derrotado por uma questão simplesmente política. Eu vou mandar o Messias outra vez”, afirmou o presidente.

A fala recolocou no centro do debate uma questão que parecia encerrada após a votação no Senado: é possível insistir no mesmo nome? E, mais importante, existe hoje algum elemento capaz de produzir um resultado diferente daquele registrado em abril?

A resposta está longe de ser simples. Para o professor do Ibmec Brasília e doutorando em Direito Constitucional Alisson

Possa, a Constituição não impede que o presidente indique novamente o mesmo nome para o STF. O problema está em outra esfera.

“Constitucionalmente, não há vedação alguma ao reenvio do mesmo nome. A prerrogativa de indicar ministros do STF é exclusiva do Executivo, e a Constituição não condiciona seu exercício ao resultado de sabinas anteriores”, explica.

Segundo ele, o obstáculo está no próprio Senado. Um ato da Mesa Diretora, em vigor desde 2010, proíbe a reapreciação, na mesma sessão legislativa, de uma indicação já rejeitada. Na prática, isso significaria que Messias só poderia ser novamente analisado em 2027.

O especialista avalia que uma eventual tentativa de judicializar o tema abriria uma situação delicada. “Submeter ao STF uma controvérsia sobre sua própria composição geraria um paradoxo institucional de difícil manejo”, afirma.

Além da questão regimental, há outro desafio: a matemática política. “Não há evidência de mudança estrutural que altere o cálculo dos senadores. A rejeição resultou de uma articulação da direita com o Centrão, potencializada pelo fato de Alcolumbre ter tentado pressionar o governo a indicar Rodrigo Pacheco e ter sido contrariado”, avalia Alisson Possa.